

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, das 9:00 às 13:00 horas, estiveram reunidos no Auditório do Núcleo Administrativo do Complexo Castanhão – DNOCS, no município de Alto Santo, os representantes das instituições membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Médio Jaguaribe, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I – Abertura; II – Análise e deliberação sobre a solicitação de Liberação de água do Açude Figueiredo, para recarga de poços das comunidades Tibolo e Pão de Açúcar, município de Alto Santo-CE; III – Encaminhamentos/Informes. Estiveram presentes: A Stra. Flaviana Guimarães de Lima – Instituto Regional de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – IRDSS; o Sr. Max Carrieri Guedes Monteiro – Fundação Dr. Ozanan Monteiro – Solonópole; o Sr. Joaquim Cleudo Nogueira – Federação das Associações de Deputado Irapuan Pinheiro FADMDIP; o Padre Djavan da Silva Fernandes e Antônio Deimy Moura dos Santos – Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Potiretama; o Sr. Raimundo Freitas– STTR de Pereiro; o Sr. Vicente Bibiano Caetano – Associação dos Pescadores do Açude Castanhão APAC – Alto Santo; o Sr. Antônio Morais Honório – Associação Desenvolvimento C. Francisco M. Do Nascimento; a Sra. Damiana Alves Bruno – Associação Comunitária dos Assentados de Boa Esperança; o Sr. Rafram Guimarães Pinto – Prefeitura Municipal de Alto Santo; o Sr. Charlles Martins Campelo – Prefeitura Municipal de Potiretama – Secretaria de Agricultura; o Sr. Daniel Linhares Gonçalves – Câmara Municipal de Jaguaribara; o Sr. Francisco Clerton Josino Silva – Prefeituras Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro; o Sr. Ariosmar Barros Maia – Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte; o Sr. André Leitão Mavignier – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS – Fortaleza/Jaguaribara; o Sr. José Maria Freire – SDA; e os representantes da COGERH Limoeiro do Norte: Sr. Francisco de Almeida Chaves, Gerente Regional das bacias do baixo e médio Jaguaribe; Sr. Jucier Leandro Silva Nogueira, Coordenador do Núcleo Gestão; o Sr. Cleilson Pinto de Almeida – Analista do Núcleo de Gestão; a Sra. Emilia Vanusa de Freitas Régis Lima, apoio do Núcleo de Gestão e a Sra. Maria Ley Oliveira Guimarães, técnica da gestão de Limoeiro do Norte. Iniciando a reunião o presidente do CSBH Médio Jaguaribe, Sr. Daniel Linhares, deu boas vindas a todos, leu a pauta da reunião, em seguida informou que no período de 04 a 09 de outubro de 2015 estará participando do XVII ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias, que ocorrerá no município de Caldas Novas/GO. Em seguida passou a palavra para o Sr. Leandro Nogueira, Coordenador do Núcleo de Gestão da gerência da COGERH/Limoeiro do Norte, que apresentou os demais membros da equipe ali presente. Em seguida o Sr. Leandro, agradeceu o espaço cedido pelo DNOCS. Prosseguindo o mesmo, lembrou que a presente reunião é um encaminhamento da reunião com a diretoria do colegiado ocorrida em Limoeiro do Norte dia 25/08/2015, que atendendo a solicitação da prefeitura municipal de Alto Santo, deliberou a formação de uma comissão de representantes do CSBH para visitar as comunidades de Pão-de-açúcar, Tibolo e trecho a ser perenizado para atender a solicitação da liberação de água do Açude Figueiredo, até o poço em que ocorre a captação das famílias dessas comunidades. Relembrou ainda que em anos anteriores, quando o açude encontrava-se em uma situação mais confortável, essa liberação era realizada para reabastecer vários poços até a comunidade de Batoque, próximo a BR-116. Destacou ainda o resultado da batimetria provisória do açude Figueiredo, realizada pela COGERH no final do ano passado, que apontou uma redução significativa no volume de água armazenado no açude. Bem como que em agosto/2015, quando ocorreu a reunião informativa do açude, os moradores das comunidades de Tibolo e Pão-de-açúcar apresentaram a demanda dessa liberação para o leito do Rio Figueiredo. Nesse momento, o Sr. Rafram informou que essa liberação daria uma recarga no poço, pelo tempo necessário para conclusão de uma adutora com

recursos da FUNASA, que virá de um poço profundo na comunidade de Ipanema. Sendo que o projeto já foi dado ordem de serviço e a empresa tem um prazo de quatro meses para concluir a obra. Continuando, o Sr. Leandro passou aos informes, destacando que recebeu o ofício da ANA Nº 971/2015, em resposta a solicitação do CSBH Médio Jaguaribe, para que a mesma enviasse informações a certa do parque aquícola do açude Castanhão. Continuou lendo o ofício que aponta existir uma produção máxima outorgada no referido reservatório para 10.800 ton/ano, sendo que o mesmo traz em anexo a relação de todos os usuários outorgados, o que foi disponibilizado ao interessados. O Sr. Vicente Bibiano, falou que a barragem está sendo explorada por diversos piscicultores não outorgados, e que não existe fiscalização por parte de nenhum órgão estadual ou federal e que a administração do açude deixa muito a desejar. Nesse momento, o Sr. André Mavignier questionou se já existe o relatório sobre o evento da mortandade de peixe ocorrida no açude. O Sr. Almeida respondeu, que foi elaborado um relatório pela COGERH no entanto, ele não sabe informar o conteúdo. O Sr. Daniel falou que o Prefeito municipal de Jaguaribara Francini Guedes repassou a informação que o relatório está pronto e em breve terá uma reunião com o Governador Camilo Santana e o Ministro da Pesca para discutir essa questão. Em resposta ao Sr. Bibiano, o Sr. Leandro falou que a própria comunidade e sociedade deve ajudar na fiscalização e denunciar as irregularidades. O Sr. Max Carrieri, disse que é obrigação do estado fiscalizar e coibir os usos indevidos, infelizmente não é feito, ele reconhece as limitações do estado, mais isso não pode servir de desculpa para se isentar de seu dever. O Sr. Leandro destacou que a COGERH não tem poder de polícia, e citou o exemplo do açude Feiticeiro, em que foi acionado o Ministério Público, que após uma audiência pública e reunião com a Comissão Gestora, ficou acertado a redução de 1/3 (um terço) da área irrigada na bacia hidráulica do reservatório, porém como não foi firmado o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, agora alguns moradores do Feiticeiro estão exigindo a suspensão total de toda irrigação. O Sr. Daniel disse que é preciso que seja realizado um trabalho com os irrigantes esclarecendo as medidas de restrição para os usuários. O Sr. Leandro respondeu que desde o final do ano passado, a COGERH vem realizando uma série de reuniões, oficinas e seminários para sensibilizar os irrigantes sobre a gravidade da situação hídrica, recentemente realizou campanhas de regularização de pequenos usuários nos municípios de Icó, distrito de Cruzeirinho, Jaguaribe, Alto Santo e São João do Jaguaribe, além da campanha de mídia nas rádios locais, intensificação da fiscalização em parceria com SRH/COGERH/SEMA/SEMACE, dentre outras ações como o TAC da carcinicultura em Jaguaruana, reuniões de acompanhamento da operação dos Vales. Prosseguindo a reunião, convidou o Sr. Almeida para apresentar os dados técnicos acerca da solicitação emergencial de liberação de água do açude Figueiredo. Iniciando sua fala, o Sr. Almeida fez ponderações a cerca de problemas ocorrido nas bombas da EB Castanhão, sendo que só ficaram duas funcionando, a equipe da COGERH está trabalhando diuturnamente para colocar todas as quatro bombas em operação. No entanto o sistema encontra-se no limite, devido a problemas nos transformadores e a perda de carga hidráulica do açude Castanhão. Sendo que por esse problema o açude Curral Velho (Morada Nova) teve de reduzir o fornecimento de água para o DISTAR. O Sr. Almeida informou ainda que essa força tarefa para intensificação da fiscalização por parte da COGERH, SRH e SEMACE iniciou esta semana, com destaque para o município de Jaguaruana, sendo que naquele município está sendo realizado também um estudo do aquífero do aluvião, devido ao elevado crescimento da carcinicultura naquela região, que leva a uma preocupação com o rebaixamento do lençol freático, além de captação sem outorga no Rio Jaguaribe, e que a fiscalização deve seguir subindo o rio até o açude Castanhão, devido o baixo nível em que se encontra o reservatório que garante o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, que possui a metade da população do Estado. O Sr. Daniel Linhares, questionou que quando o açude Castanhão foi construído, o objetivo era controlar as cheias no Médio e Baixo Jaguaribe, e que hoje não existe restrição para

Fortaleza. O Sr. Almeida falou que o controle de cheias foi um dos objetivos, sendo que também estava entre os objetivos o abastecimento da RMF, dos perímetros públicos irrigados, destacando que se não fosse o Castanhão, o Estado estaria em estado de calamidade, após esses quatro anos, e que as restrições para o setor produtivo só estão sendo implantadas agora, considerando o prognóstico de novo período de estiagem para 2016, como também, o baixo percentual de água acumulada nos reservatórios, e em conformidade com a Lei que prevê prioridade para o abastecimento humano e dessedentação animal em situações de estiagem. O Sr. Vicente Bibiano, falou que o governo prioriza a capital e abandona os municípios pequenos no entorno do açude, como Alto Santo e Iracema. O Sr. Leandro sugeriu que o comitê da bacia metropolitana seja convidado para a próxima reunião, para apresentar as ações que estão sendo desenvolvidas para economia de água naquela bacia. O Sr. Almeida complementou que a COGERH está reduzindo em torno de 20% a água enviada pelo Eixão das Águas, como forma de forçar a redução no consumo na RMF. Estando realizando ainda reuniões semanais com as concessionárias de água (CAGECE, SAAE's e SISAR) para priorização das situações dos abastecimentos das cidades da região, que são encaminhadas ao Comitê da Seca. Dando continuidade o Sr. Almeida mostrou a apresentação, mostrando o boletim dos açudes da bacia do Médio Jaguaribe, destacando o açude Castanhão que em 09/09/2015 encontrava-se com 1,08 bilhão de m³, que equivale a 16,12% de sua capacidade, e o açude Joaquim Távora (Feiticeiro) que encontra-se com 9,13 milhões de m³, ou 34,09% de sua capacidade. Além dos açudes que já estão secos, como o Potiretama e Madeiro, bem como o açude Adalto Bezerra em Pereiro, que encontra-se com 20 mil m³ e só abastecerá a sede daquele município até o final do mês. Destacou ainda os açudes Riacho da Serra, que atualmente encontra-se com 2,27 milhões de m³ e Figueiredo com 1,603 milhão m³, ambos localizados no município de Alto Santo. Em seguida apresentou o boletim com a evolução dos aportes no Estado nos últimos 30 anos, destacando que o ano de 2015 teve um aporte de 0,56 bilhão de m³, só sendo inferior ao aporte dos anos de 1998 com 0,36 bilhão de m³ e de 1993, com 0,11 bilhão de m³. Dando prosseguimento apresentou a proposta de liberação apresentada pelas comunidades que preveem a liberação do açude Figueiredo para a recargas dos poços de Pão de açúcar e Tibolo, localizados a 12.081 metros do açude Figueiredo. Já para a primeira captação da CAGECE essa distância é de 12.943 m e para a segunda de 13.592 m. Sendo que essa liberação beneficiará 2.462 famílias das comunidades Tibolo e Pão de Açúcar e parte da sede de Alto Santo. Em seguida apresentou a simulação de esvaziamento do reservatório, sendo que para a perenização desse trecho seria necessário uma liberação de 2,0 m³/s durante 4 dias, o que consumiria 864.000 m³, sendo que o açude sairia da cota 76,64 com um volume de 1.603.448 m³ e chegaria em 01/02/2016 na cota 74,36 com 115.966 m³, ao passo que a simulação sem liberação à jusante com apenas a captação de 10 L/s da AMR de Potiretama, o açude chegará a 01/02/2016 na cota 75,22 com um volume de 371.370 m³, o que daria uma maior segurança para o abastecimento da cidade de Potiretama. Ao final da apresentação foi aberto espaço para discussões. A Sra. Valderleide, agente de Saúde da Comunidade Tibolo, falou que existe 800 habitantes na sua comunidade que precisa dessa água para beber, cozinhar e tomar banho, devido ao secamento do cacimbão, o que nunca ocorreu antes da construção da barragem. O Sr. Leandro destacou que entende a demanda das comunidades, mas tem-se de se ter bastante responsabilidade, para não comprometer o abastecimento da cidade de Potiretama. O Padre Djavan, colocou que a situação da comunidade é muito difícil, ela tem direito a água, e é preciso buscar alternativas, citando o exemplo de poços na região do aquífero, sendo necessário pressionar o governo para implementar a adutora de forma rápida. No entanto, o Padre Djavan falou que considerando a previsão de seca para o próximo ano, liberar água do açude Figueiredo seria um crime, pois prejudicaria o abastecimento do município de Potiretama. A Sra. Valderleide, falou que as famílias não podem esperar por essa obra, e perguntou que é o responsável pela perfuração de poços profundos, que

poderia salvar a comunidade? O Sr. Leandro respondeu que as ações são priorizadas nas reuniões semanais e enviadas para o Comitê da Seca, sendo que para a perfuração de poços, é necessário primeiro a elaboração do estudo geofísico, e a perfuração do poço ficaria à cargo da SOHIDRA e da Defesa Civil. Concluiu dizendo que todos tem de ter consciência que a COGERH enquanto secretaria executiva do CSBH não consegue resolver todos os problemas. O Sr. Rafram falou que essa demanda já foi apresentada ao Comitê Estadual das Secas. A Sra. Valderleide perguntou que se não vai soltar água do Figueiredo, qual a opção que será dada para as famílias? O Sr. Rafram falou que se não for possível a liberação do açude Figueiredo, ele propõe que seja feita a liberação a partir do açude Riacho da Serra, que está numa situação melhor, sendo que será necessário a perfuração de um poço no leito do rio, a instalação de um ponto de energia e a construção de aproximadamente 1000 metros de adutora até a captação existente, sendo que a Prefeitura se compromete com este serviço. O Sr. Max perguntou qual a posição técnica da COGERH? O Sr. Almeida respondeu que não é favorável a liberação de água pelo açude Figueiredo, considerando o elevado risco de desabastecimento de Potiretama. Já quanto a liberação pelo açude Riacho da Serra, considera possível mas não pode dar uma resposta agora, é preciso fazer as simulações e ver se não haverá consequência para captação da CAGECE, tendo em vista que a adutora que irá abastecer a sede de Alto Santo é oriunda do açude Riacho da Serra, lembrou que a mesma está pronta, mas é necessário alterar o local da captação. Diante da situação hídrica é necessário consultar o conselho gestor do Comitê das Secas e/ou CONERH – Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará. O Sr. Max Carrieri, questionou se o CSBH tem poder para autorizar a liberação do açude Riacho da Serra, pois na prática essa decisão não será respeitada, pois precisará primeiro ser homologada pelo CONERH, e que na prática a decisão técnica da COGERH se sobrepõe às discussões do colegiado. O Sr. Almeida respondeu que a decisão de liberação de qualquer um dos reservatórios será preciso consultar as instâncias superiores. E sugeriu o agendamento de uma reunião urgente com as diretorias da CAGECE, COGERH, prefeitura de Alto Santo e uma comissão de representante do CSBH e das famílias para tratar do assunto. O Sr. Leandro falou que é preciso bom senso nesses momentos de dificuldades, pois várias demandas irão surgir. E que o comitê tem autonomia para decisão, no entanto existe as instâncias superiores, que compõem o sistema de gestão de recursos hídricos, e que neste caso, dado a gravidade da crise hídrica devem ser consultadas. A Sra. Damiana relatou que comunidades que foram expulsas para a construção da barragem não foram contempladas sequer com água para beber e energia na nova agrovila. Enquanto movimento social é favorável a ocupação como forma de garantir os direitos das famílias. O Sr. Antônio Morais, propôs que o comitê delibere sobre o atendimento das famílias e que nessa reunião sugerida pelo Sr. Almeida, seja fechada qual a melhor alternativa para atender as famílias. O Sr. Zé Maria representante da SDA, falou que está clara a urgência de atendimento da comunidade. E concorda com a posição do Sr. Morais, que seja levantada a melhor posição técnica nessa reunião, propondo que seja abordada também a possibilidade de utilização dos poços apontados pelo Pe. Djavan, que estão parados no município de Potiretama. É claro que caso a AMR de Potiretama venha a parar por falta de água, seria importante um estudo emergencial nestes poços citados pelo Padre Djavan. O Sr. Almeida falou que a COGERH não está a favor ou contra ninguém, porém é necessário que apresente os dados técnicos com responsabilidade e que se faça uma discussão abordando todos os aspectos positivos e negativos. O Sr. Max propôs o atendimento emergencial das famílias por meio de carros-pipas. A Sra. Valderleide falou que se a solução for o uso dos carros-pipas, será necessário também a construção de cisternas, pois a maioria se localiza na zona urbana. O Sr. Clerto, Secretário de Agricultura de Dep. Irapuan Pinheiro, falou que esta disputa entre os municípios pela água, também ocorreu entre Solonópole e Jaguaratama, pelas águas do açude Riacho do Sangue, e que nesses casos é preciso bom senso para se construir as melhores alternativas, e que não se deve

tomar medidas precipitadas. O Sr. Daniel Linhares, propôs que essa reunião fosse realizada com pessoas que realmente tenham poder de decisão da CAGECE, COGERH e Defesa Civil, para não ser só mais uma reunião sem resultados imediatos para as comunidades. O Padre Djavan, colocou que na situação hídrica em que estamos a liberação de água de qualquer açude deve ser a última solução a ser adotada, e que é preciso bom senso para buscar outras alternativas. Após algumas discussões, ficou como ENCAMINHAMENTOS: que a Gerência da COGERH Limoeiro do Norte, agendará uma reunião com maior brevidade possível, com as diretorias da COGERH/CAGECE, Defesa Civil, e uma comissão de representantes do CSBH Médio Jaguaribe e das famílias, composta pelas seguintes pessoas: Daniel Linhares – presidente do CSBH; Rafram Guimarães – Prefeitura Municipal de Alto Santo; Padre Djavan – Paróquia de Potiretama; José Nilson de Souza e Maria Valderleide de Souza, representando as comunidades de Tibolo e Pão de açúcar. Dando continuidade o Sr. Daniel Linhares, apresentou uma solicitação de reforço na segurança do trecho 1 do Eixão das Águas, pois os moradores do Projeto Mandacaru estão inseguros por observar pessoas escondidas à noite próximo as comportas. O Sr. Almeida falou que este é um trecho complicado, que já foram registradas algumas ocorrências de assaltos a vigilantes e funcionários da COGERH, em que foram levados coletes e armas dos vigilantes, e que a COGERH solicitou apoio da Polícia Militar, para patrulhar o trecho, mais não foi atendida devido ao reduzido efetivo policial da cidade de Jaguaribara. Finalizando o Sr. Leandro repassou o informe sobre o Sistema Orós/Feiticeiro, que já foi repassado em outras reuniões, sobre a resistência da comunidade em fazer liberação de água à jusante, dado o histórico da comunidade que passou vários anos com o açude seco. Sendo que a partir do final de 2011, o açude começou a receber água da transposição do açude Orós, sendo que no ano passado, quando o referido reservatório encontrava-se com mais de 60% de capacidade, a Comissão Gestora deste sistema hídrico aprovou por 8 votos a 2, a liberação à jusante até o açude atingir 55% de sua capacidade. Ocorre que foi feita uma mobilização que impediu a COGERH de fazer qualquer liberação, sendo que o caso foi encaminhado ao Ministério Público de Jaguaribe. No início desse ano, usuários a jusante que foram prejudicados pela não liberação, passaram a exigir que a irrigação à montante também fosse suspensa, tendo em vista que a prioridade é o abastecimento humano. Foi realizada uma audiência pública na sede do Distrito de Feiticeiro e uma reunião com o Ministério Público no Fórum de Jaguaribe, nessa reunião a COGERH/DNOCS apresentaram o levantamento da áreas irrigadas e de aquicultura identificadas à montante, sendo que ficou acertado a redução de um terço da irrigação, fechando a área total irrigada em 13 ha, e que essa reunião originaria um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, em que o promotor iria estabelecer o acordo e as penalidades para o descumprimento. Porém o promotor Dr. Herbet Gonçalves, foi transferido da comarca e não deixou o TAC assinado. Ontem (09/09/2015), a COGERH tentou realizar uma reunião na comunidade de Feiticeiro, e na ocasião foi abordada por uma comissão independente de moradores, querendo substituir a Comissão Gestora atual, alegando que a mesma não tem representatividade, reunião está muito tensa, em que ocorreram ameaças e acusações de recebimento de propina por funcionários da COGERH/DNOCS, sendo que essa comissão ameaçou tirar a força os motores dos irrigantes, caso a COGERH/DNOCS não o faça, sendo que eles deram o prazo até amanhã (11/09/2015) para a COGERH se posicionar sobre o assunto. A Sra. Ana Verbênia, usuária à montante e membro da Comissão Gestora, falou que muitas pessoas fizeram investimentos e que eles irão recorrer ao Ministério Público, para fazer cumprir o acordado que está registrado nas Atas e para o novo promotor firmar o TAC. O Sr. Almeida falou que como o açude é Federal, onde ele irá propor ao Dr. João Lúcio, presidente da COGERH, para articular-se com a Coordenação Estadual do DNOCS para discutir e deliberar qual ação deve ser adotada nesse caso do Feiticeiro, e que ele acredita que seja necessário o envolvimento também do Ministério Público. O Sr. Max falou que nesse caso a competência deve ser do Ministério Público

e Justiça Federal, por tratar-se de um equipamento Federal. Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Daniel Linhares, presidente do CSBH Médio Jaguaribe, agradecendo a presença de todos declarou encerrada a reunião, eu, Cleilson Pinto de Almeida, Analista de Gestão de Recursos Hídricos do Núcleo de Gestão da COGERH, Gerência do Baixo e Médio Jaguaribe, lavrei a presente Ata.